



“Desejo de cidade”: o papel das redes sociais no movimento Ocupe Estelita¹

Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes²
Débora Souza de Britto³
Igor Elias Gomes⁴
Marcela Lins⁵

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar como a comunicação feita pelo Movimento Ocupe Estelita - sufocado por uma imprensa local silenciosa e submissa aos interesses de grandes grupos de empreendedores - age como instrumento de empoderamento do cidadão recifense sobre sua cidade. Para isso, recorremos a trabalhos em urbanismo, sociologia e comunicação, além da nossa própria experiência na vivência desse movimento. Verificamos que o uso das redes sociais foi uma das principais estratégias para que o movimento ganhasse visibilidade nacional e internacional e conseguisse ser ouvido pelo poder público.

Palavras-Chave: cidade; empoderamento; redes sociais; comunicação independente

1. Introdução

[O surgimento dos movimentos pelo direito à cidade no Brasil] *é uma reação a essa cidade excludente, feita para poucos, voltada apenas para o mercado. Esses movimentos são o fruto de um novo patamar. Temos um novo país, onde os setores populares também se transformaram, exigindo o que não foi feito com essa transformação do país nos últimos anos. Apesar das mudanças, a reforma urbana não aconteceu porque os interesses que dominam a política urbana estão absolutamente envolvidos na política.*

Raquel Rolnik⁶

Em “Conceitos e Categorias da Cidade” o sociólogo Max Weber (1967) se propõe a definir o conceito de cidade. E, dada à dificuldade da proposta, o teórico mais explicita a dificuldade da tarefa do que a esgota. São muitas e plurais as possibilidades. Em uma das instâncias, seria possível pensar a cidade como um espaço de relações

¹ Trabalho apresentado na DT 6 GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade do XXXVIII Congresso de Ciências da Comunicação realizado de 04 a 07 de setembro de 2015.

² Jornalista, Doutora em Linguística, professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE. Email: isaltina@gmail.com

³ Graduada de Jornalismo pela UFPE. Email: dsb.debora@gmail.com

⁴ Graduado de Jornalismo pela UFPE. Email: gomes.igor.e@gmail.com

⁵ Graduanda de Jornalismo pela UFPE. Bolsista de Iniciação Científica Facepe. Email: marcela.lins@gmail.com

⁶ Urbanista e ex-relatora da ONU para o Direito à Moradia Adequada. Excerto de entrevista ao site brasileiro do jornal El País. Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/03/politica/1404388420_186257.html>. Acesso em 15 jul 2014.



produtivas, cuja característica primordial seria permitir que a maioria de seus habitantes se dedicasse às atividades secundárias e terciárias. Essa cidade também poderia ser definida como um espaço de troca. É o espaço físico onde o mercado exercita suas funções.

Para além da noção econômica, a urbe é também um espaço de troca: de interação, de diversidade, do encontro com o outro e da consciência de si. Do ponto de vista da arquitetura, a cidade significa a materialização de um espaço físico diferenciado daquele que o antecedeu: a aldeia, onde as relações entre os clãs ainda era repleta de amarras.

Essas perspectivas, no entanto, são questionáveis, debatíveis e não suprem um conceito tão complexo e abrangente. “A cidade se dá à vista. É nas suas paisagens que geralmente se realizam suas melhores traduções. Nas suas arquiteturas, nos seus equipamentos técnicos, nos seus limites físicos [...], nas suas movimentações de pessoas, informações e objetos” (RODRIGUES, 2011, p. 9).

Segundo Leitão (1998), a complexidade do conceito se faz valer porque compreender a cidade é compreender uma das instâncias da humanidade. Compreender e definir a cidade é compreender e definir o homem, que a define e permite sua materialização, rica em conceitos e significados. A cidade, assim como a cultura, é uma das formas que o homem encontrou de significar o próprio mundo.

A cidade só existe pelo homem que lhe dá forma - construída, definida, material - e significação - constitutiva mas indefinida, abstrata. Reflete, certamente, a sociedade que ocupa e define seu espaço. É a presença humana, com suas características peculiares, que permite a construção de um espaço construído diferenciando, por vezes radicalmente, uma cidade de outra (LEITÃO, 1998, p. 46)

A relação do homem com o espaço em que habita também passa por outras instâncias, entre elas a da comunicação. Os meios de comunicação tradicionais possibilitam a emergência de prismas distintos da mesma urbe nas novelas, noticiários, jornais e afins. “Essa imagem midiática é reflexo de uma cidade possível, uma imagem que se constrói com aspectos reais, mas que cria uma temporalidade e um sentido próprio descolado do sentido do vivido, e que retorna para o vivido redimensionando sua existência” (DUARTE, 2006, 108-109).

No Recife (PE), um dos principais movimentos que se colocam como contraponto de um novo reflexo de cidade é o Ocupe Estelita. Esse movimento surgiu em 2012 e foi intensificado a partir de maio de 2014, com o início da ocupação do



terreno do Cais José Estelita - uma área imensa no centro da capital pernambucana que fora comprada por empreiteiras para construção de um condomínio empresarial-residencial-comercial. Os manifestantes, que permaneceram acampados cerca de 50 dias no terreno ou nas imediações dele, foram ouvidos pela mídia nacional e internacional.

O Ocupe Estelita se coloca como criador de um sentido estreitamente colado com o vivido e busca, por meio de sua comunicação, ser visto como um proponente de novo reflexo de cidade possível. Esse processo se dá no ciberespaço - mais especificamente nas mídias sociais, sobretudo o Facebook.

O objetivo deste trabalho é analisar, de maneira preliminar, como a comunicação feita pelo Ocupe Estelita - sufocada por uma imprensa local silenciosa e submissa aos interesses de grandes grupos de empreendedores - age como instrumento de empoderamento do cidadão recifense sobre sua cidade, estimula o (re)nascimento de um sentimento de pertencimento à cidade e reconecta cidadãos aos locais e símbolos que constituem a memória afetiva da cidade do Recife. Para isso, recorreremos a trabalhos em urbanismo, sociologia e comunicação, além da nossa própria experiência na vivência desse movimento.

2. O “desejo de cidade”: Movimento Ocupe Estelita e Projeto Novo Recife

Clara expressão da separação entre natureza e cultura, a cidade nasceu quando os grupos humanos passaram a ser sedentários. A partir daí surgiram as primeiras sociedades históricas (DUARTE, 2006). O tempo testemunhou a diversidade de formas e fatores por meio dos quais esses conglomerados de gente nasceram, cresceram e, por fim, morreram. Ou se reinventaram. Todos esses processos passam pelo que Duarte chama de “desejo de cidade”.

Um desejo que perpassa todas as escolhas e conflitos de escolhas, soma-se com o passado fundador e geográfico e com os sonhos de cada momento por futuros melhores. [...] Um desejo composto por camadas ou estratos de vontades, sonhos frustrações, que constroem técnicas para satisfazê-los, mas que também são construídos pelas mesmas técnicas. Cada salto de complexidade de uma sociedade pelo agenciamento coletivo de uma técnica faz emergir uma nova condição de cognição coletiva no mundo e por sua vez novos desejos gestados a partir desse novo referencial coletivo de pensar. Esses estratos se comunicam como rizoma, e fazem emergir uma ação, um movimento, que aqui chamamos de desejo de cidade (DUARTE, 2006, p. 104-105).

Ou seja, mesmo sendo a mutabilidade regra na história da espécie humana, algo parece ser perene na dinâmica das gentes: o crescimento do espaço comum passa por conflitos e escolhas, criados ou estimulados a partir de matrizes econômicas e políticas dos locais em questão ou nas condições macro (econômicas, políticas) nas quais eles estão envolvidos. Pensar em desejo de cidade nos remete, necessariamente, a pensar em movimentos de conflito sobre aquilo que é “futuro melhor” para a cidade. O desejo de cidade é marcado profundamente pela ideia de construção democrática de mundo. A comunicação, nesse cenário, é o principal vetor de empoderamento e capacitação de seus participantes. É através da comunicação que cidadãos e cidadãs podem estar aptos, ou não, para debater os desejos de cidade em um ambiente democrático.

No Recife, um “desejo de cidade” é expresso em um conflito cuja notoriedade alcançou repercussão nacional e internacional e instigou ou incomodou intelectuais, empresários, políticos, mídia e parte dos cidadãos: a movimentação social e econômica em torno do Cais José Estelita, localizado em zona histórica da cidade.

O Cais José Estelita se tornou objeto de disputa afetiva, econômica e política entre cidadãos ativistas, parte do empresariado do ramo da construção civil e o poder Executivo municipal. O impasse começou em 2009, quando quatro empresas pernambucanas - as construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão e GL Empreendimentos, além da imobiliária Ara Empreendimentos, apresentaram um projeto de urbanização da área do cais, à época abandonada há mais de uma década. Seus mais de 100 mil m² de área seriam destinados à construção de um complexo habitacional e comercial de luxo com oito residenciais, dois hotéis e dois empresariais.

Em outubro de 2008, a Caixa Econômica Federal realizou o leilão da área do Cais José Estelita. Por R\$ 55,4 milhões, o espaço foi adquirido pela construtora Moura Dubeux em parceria com o empresário Gerson Lucena, proprietário da GL Empreendimentos. Junto com o arremate do terreno, os compradores protocolaram o projeto Novo Recife, do Consórcio Novo Recife (doravante chamado apenas de Consórcio) na prefeitura às vésperas da aprovação do novo Plano Diretor (PD) da cidade, que inviabilizaria o projeto, uma vez que o terreno envolvido se situa em área de proteção pelo macrozoneamento.⁷

⁷ De acordo com Saboya (2009), macrozoneamento “é um referencial geral para o Município, conferindo uma coerência para sua lógica de desenvolvimento. Por esse motivo, é um instrumento utilizado para superar o caráter de “colcha de retalhos” presente em grande parte dos zoneamentos tradicionais, nos quais era difícil, senão impossível, deduzir a lógica por trás dos índices e demais diretrizes atribuídos a cada uma das zonas.”



A partir de tal impasse, o grupo Direitos Urbanos | Recife (DU)⁸, articulado no Facebook, passou a contestar o projeto Novo Recife, buscando estratégias de atuação por meio do debate e publicização dos argumentos contrários ao formato do empreendimento. Surgia, assim, o movimento Ocupe Estelita - baseado no movimento *Occupy Wall Street* (2011). No dia 15 de abril de 2012, houve a primeira manifestação, que reuniu centenas de pessoas no Cais José Estelita. À primeira ocupação seguiram outras, com a singularidade de aliar o debate político e muitas vezes técnico (com informações sobre irregularidades do projeto e falta de relatórios de impacto) com atividades artísticas e exercícios de reflexão sobre a cidade que os recifenses gostariam de ter.

O grupo e o movimento defendem que o projeto Novo Recife preza por um modelo de cidade que segrega, não respeita a paisagem e a memória, atende a interesses privados para acesso e usufruto da propriedade em detrimento do interesse coletivo e do bem-estar social, sustentando um discurso de gentrificação⁹ bastante criticado. Irregularidades legais também entram na denúncia ao projeto — não há, por exemplo, estudos de impacto ambiental nem de vizinhança.

Entre a primeira intervenção de ocupação do Cais José Estelita, em 2012, o Movimento Ocupe Estelita empreendeu esforços para difundir e aprofundar o debate com a sociedade e com os órgãos de mediação do conflito pelo Cais José Estelita. As ações até maio de 2014 foram, predominantemente, no campo das negociações com a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) - materializada na tentativa de remodelar o projeto Novo Recife com participação e intervenção junto ao Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) do Recife para intermediar o debate com o Consórcio -, denúncias ao Ministério Público de Pernambuco e Ministério Público Federal e a

⁸ O grupo Direitos Urbanos surgiu em 2011 a partir de um grupo de pessoas que se conheciam além da internet, interessadas em discutir o direito à cidade. O objetivo do movimento, cujo grupo no Facebook conta com cerca de 30 mil integrantes (julho de 2014) é discutir o espaço urbano ao questionar a ideia de “cidades empresas”, nas quais é a iniciativa privada que protagoniza a construção do espaço urbano. Desde o início do movimento Direitos Urbanos, a internet apresentou-se como um espaço central para a disseminação do seu discurso.

⁹ A socióloga Ruth Glass (1964), a fim de explicar um processo que, àquela época, se desenvolvia na cidade de Londres, cunhou o termo *gentrificação* no livro *London: Aspects of Changes*. Proveniente de *gentry*, denominação das classes mais abastadas, a gentrificação foi um processo de valorização de áreas residenciais urbanas voltadas às classes marginalizadas. A gentrificação consiste em intervenções urbanas voltadas à transformação de regiões inóspitas e degradadas em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural, de maneira a legitimar esse espaço como local a ser apropriado tanto pelo público em geral quanto pelo capital. O grande embate de tal questão se dá em torno do fato de que as propostas de enobrecimento vêm, muitas vezes, calcadas em um modo de vida de classe média urbano, de forma que as intervenções não se identifiquem ao modo de vida urbano dos moradores daquela região.



produção de informação e conhecimento sobre a situação do Cais, das comunidades do entorno, sobre modelos de urbanização e apropriação da cidade por seus cidadãos.

Na noite de 21 de maio de 2014, o Consórcio deu início às demolições dos galpões do Cais José Estelita (doravante também chamado apenas de “Estelita”). Graças a um alerta emitido por um dos integrantes do DU, uma verdadeira mobilização social via Facebook, através de compartilhamento de fotos e convocações de urgência, levou dezenas de pessoas ao terreno do Estelita. A partir desse ato, a demolição foi suspensa e os manifestantes passaram a ocupar uma parte da área do terreno. Um dia depois, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) embargou a obra por falta de licenciamento.

Durante a ocupação diversas ações culturais foram realizadas: oficinas (para crianças e adultos), debates, aulas públicas com professores universitários, lideranças comunitárias e outros profissionais do meio artístico (como o curador Moacir dos Anjos, responsável pela Bienal de São Paulo de 2010). Naquele momento, o Ocupe Estelita começou a ganhar espaço ao redor do mundo, chegando a ser notícia no *The Guardian*, no *La Repubblica*, no *El Pais*, no *Los Angeles Times*, na *BBC News Brasil* e em um telejornal da *Al Jazeera*. Essa repercussão foi capitaneada exclusivamente pela comunicação feita pelo Movimento Ocupe Estelita (doravante também chamado apenas “Movimento”), composta integralmente por voluntários. Em oposição à real força-tarefa permanente - organizada majoritariamente via redes sociais - engendrada pelo Movimento, os veículos de comunicação locais¹⁰ pouca expressão deram à ocupação do Estelita e aos acontecimentos subsequentes ao dia 22 de maio, com exceção de momentos em que o Consórcio expressou publicamente opinião sobre a ocupação ou quando a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) ou Ministério Público emitiram comunicados oficiais sobre o caso.

Outro fator que contribuiu para a difusão da causa foi o apoio angariado junto a inúmeras personalidades, como os cantores Ney Matogrosso, Jards Macalé, Otto, Lenine, Karina Buhr, Lirinha e Criolo (este último compôs uma música para a causa, chamada "Sangue no Cais"); os/as atores/atrizes Letícia Sabatella, Camila Pitanga, Leandra Leal, Matheus Nachtergaele; o cartunista Laerte; e tantos outros, assim como cidadãos, recifenses ou não, que enviaram sua adesão ao Movimento e apoio através de fotografias com a hashtag #OcupeEstelita publicados no Facebook, Instagram, Twitter e

¹⁰ Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica-de-uma-morte-anunciada-a-cobertura-do-ocupeestelita-em-pe-3964.html>>. Acesso em 24 julho de 2014.

outras redes sociais. Com tamanho apoio, logo foram organizados eventos batizados de "Ocupações": shows gratuitos com atrações de alcance nacional. O primeiro deles, que contou com show da cantora Karina Buhr, teve público aproximado de cinco mil pessoas.

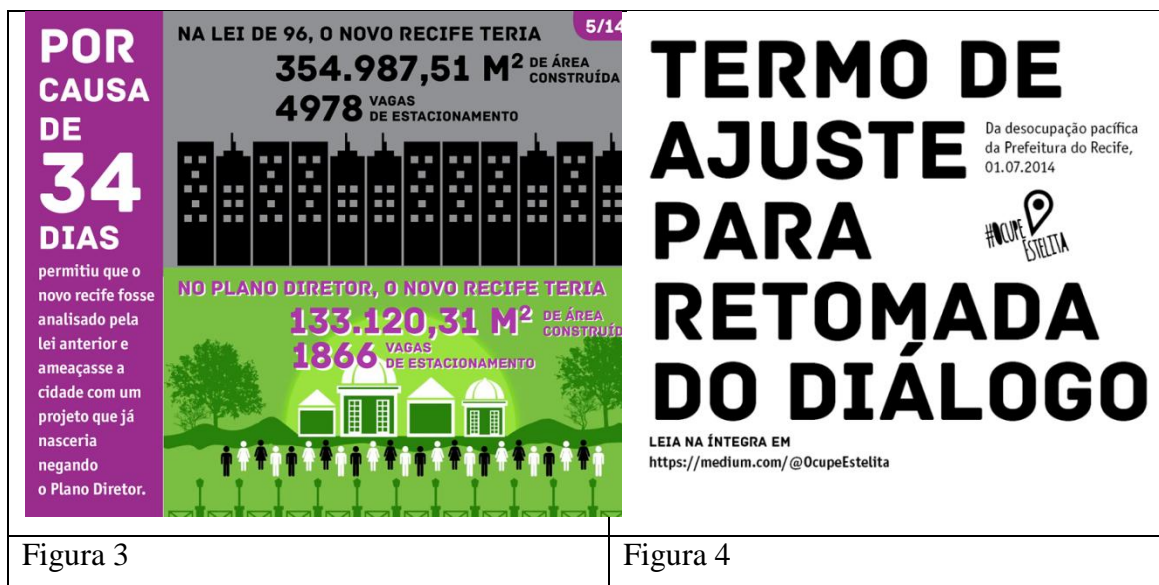
Ao longo desse processo, foram criadas novas páginas de comunicação no Facebook: a “#OcupeEstelita” (Figura 1) e “Resiste Estelita” (Figura 2), que funcionaram como canais de informação e diálogo.



Figura 1

Figura 2

Diariamente, são postados materiais informativos, como flyers e pequenos textos, que explicitam a posição ideológica do grupo. Uma prática comum ao Movimento também é apresentar notas públicas e sua versão dos fatos que, eventualmente, foram noticiados nos veículos de comunicação locais de modo diferente. Do mesmo modo, há um esforço em explicar de maneira simples as implicações legais, judiciais e técnicas sobre o projeto Novo Recife e a atuação do Executivo municipal, seja na atuação gestão, como na anterior. Como exemplo, elencamos materiais produzidos e publicados nas páginas do Movimento:



O Ocupe Estelita ganhou tamanha proporção, principalmente no Facebook, que a PCR não pôde mais ignorar o que estava a acontecer.¹¹ No dia 3 de junho, uma reunião da PCR com integrantes do movimento e instituições acadêmicas e de urbanismo foi realizada para escuta de considerações acerca do Projeto Novo Recife. Todos foram expressamente contrários ao projeto, seja pedindo sua anulação ou apontando a necessidade de revisão. Após a reunião, a prefeitura anunciou a suspensão do alvará de demolição do Cais. Dois dias depois, a gestão municipal se reuniu com o Consórcio Novo Recife e acordou a revisão do projeto.

Em 16 de junho, a Justiça Estadual ordenou a reintegração de posse do Cais José Estelita. A ordem foi executada no amanhecer do dia seguinte, um dia de jogo do Brasil na Copa do Mundo. Mais de 150 policiais do batalhão de Choque coagiram e retiraram cerca de 50 manifestantes debaixo de balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes. Após a reintegração, os manifestantes ocuparam a área situada embaixo do viaduto Capitão Temudo, localizada ao lado do terreno do Cais José Estelita, continuando a organizar eventos festivos, aulas e oficinas. Entretanto, acampados relataram ações de intimidação ao acampamento, como assaltos e rondas noturnas de motociclistas e carros desconhecidos.

¹¹ A pressão sobre a prefeitura foi engendrada não apenas pela sua posição enquanto órgão gestor do município, mas também pelas doações de construtoras às campanhas políticas. Em 2012, dos cerca de R\$ 65 milhões doados ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) - que ganhou as eleições para a prefeitura do Recife naquele ano -, aproximadamente R\$ 40 milhões foram cedidos por construtoras. Só a Queiroz Galvão, uma das integrantes do Consórcio Novo Recife, doou R\$ 4.550.000. Ainda que o projeto Novo Recife não tenha sido aprovado na gestão do PSB - e sim na anterior, que era do Partido dos Trabalhadores (PT) - o prefeito eleito no pleito de 2012, Geraldo Julio, foi chamado à responsabilidade pelo destino do terreno do Cais.



Após a reunião com o movimento (a de 3 de junho), a PCR, durante mais de um mês, realizou outros encontros com as entidades e com o consórcio. Sentindo-se aliado das negociações, o Ocupe Estelita decidiu ocupar o hall do prédio da PCR até ser recebido pelo prefeito Geraldo Julio, o que ocorreu no dia 2 de julho. No mesmo dia, foi expedida uma reintegração de posse do espaço, que foi executada no dia seguinte - dessa vez mediante acordo com o movimento, sem violência e sob a promessa de uma reunião. Os ocupantes voltaram para a parte de baixo do viaduto Capitão Temudo.

Mesmo após ter recebido um reforço de peso - o rapper Criolo fez uma breve apresentação nas imediações do acampamento, reunindo grande público -, a ocupação foi açoitada pelas contínuas investidas de “pessoas” que agrediam os ocupantes e os ameaçavam, tornando o espaço perigoso. Foi assim que, aos 50 dias de ocupação, o movimento optou por desmobilizar as barracas e estruturas para continuar a agir com manifestações descentralizadas, realização de eventos culturais nas imediações do Cais José Estelita e fazendo pressão nas mídias sociais para se fazer ouvir pela população e pelos poderes econômico e político.¹²

3. O ciberespaço e os movimentos sociais

Quando, na madrugada de 22 de maio de 2014, o alerta para a demolição do Estelita foi emitido, manifestantes seguiram para o Cais a fim de ocupar o espaço. Aqueles que não puderam ir viralizaram o aviso pelas mídias sociais. Como parte do processo constitutivo da ocupação, foram definidos grupos temáticos (GTs) de ação - entre eles o de comunicação, cuja diretriz de ação é majoritariamente focada na internet, sobretudo as mídias sociais.

Em vez de uma comunicação hierárquica e fragmentária, o Ocupe Estelita corrobora com uma nova paisagem comunicacional. Com o advento e desenvolvimento dos recursos do ciberespaço, os espaços de produção se tornaram múltiplos e diversos. Pensando no âmbito da internet, não é mais possível pensar a comunicação através da estrutura “um-todos”, que configura os tradicionais meios massivos (televisão, jornal).

¹² É importante ressaltar que, durante todo o período de ocupação, o Ministério Público Estadual se mostrou disposto a analisar o caso do Estelita e a agir como mediador das negociações entre o movimento e o Consórcio Novo Recife. Deu assistência aos manifestantes quando houve a reintegração de posse (na qual muitos foram feridos) e alguns de seus promotores (a exemplo de Ricardo Coelho, responsável pelas cuasa de Meio Ambiente) se posicionaram publicamente a favor do movimento. Entretanto, sua ação foi continuamente desrespeitada pela Justiça Estadual e pela Prefeitura do Recife.



Nesse meio pós-massivo, a conversação e o diálogo se dá no seio da produção e das trocas informativas.

O ciberespaço deu vez a uma nova esfera comunicacional, que se caracteriza por esses instrumentos de função pós-massiva. Os polos de emissão tomaram um teor mais democrático, a conexão entre meios é de uma ordem global e é alicerçada na troca livre de informação, sem que haja necessidade de concessão estatal. Sobre tal, discorre André Lemos:

As tecnologias de comunicação e da interação digitais, e as redes que lhe dão vida e suporte, provocam e potencializam a conversação e reconduzem a comunicação para uma dinâmica na qual indivíduos e instituições podem agir de forma descentralizada, colaborativa e participativa. (LEMOS, 2009, p. 12)

Ao contrário da mídia tradicional, que precisa se vestir de imparcial e neutra para criar um efeito de objetividade, a comunicação independente ocupa outro lugar na sociedade. A comunicação em rede, a desconstrução da lógica de produção e distribuição de informação a partir de um único emissor para um universo de interlocutores e as mídias digitais extrapolam, reinventam e multiplicam os meios e possibilidades de surgimento de portais hiperdimensionais e janelas de comunicação para cada cidade, comunidade e local no mundo. A única exigência é um terminal com acesso à *World Wide Web*. O Movimento Ocupe Estelita e sua Comunicação (em maiúsculo, pois aqui a encaramos como uma instituição propulsora de uma verdadeira revolução na dinâmica de produção e distribuição de informação e conhecimento) é um exemplo dessa desconstrução e construção de um novo desejo de cidade.

A experiência - em curso, é preciso registrar - da Comunicação do Movimento Ocupe Estelita nos remete à reflexão levantada por André Lemos (2009) sobre como a revolução tecnológica proporciona o surgimento de uma nova lógica comunicacional, através da conversação, que, por sua vez, é a base para a constituição da opinião pública e atuação política.

Pode-se assim, como hipótese, pensar no ciberespaço como uma nova esfera pública de conversação onde o “mundo da vida” amplia o capital social, recriando formas comunitárias, identitárias (público), ampliando a participação política. A função conversacional das mídias de função pós-massiva pode servir como fator privilegiado de resgate da coisa pública, embora não haja garantias. A participação, a colaboração e a conversação são as bases para uma ação política, mas não garantem a sua efetividade [...] Para além do domínio técnico, e através dele, haveria uma revolução social em marcha. Hoje nada se compara à força transformadora da informatização da sociedade nos seus três princípios: a liberação da palavra (emissão), a conexão planetária e a reconfiguração sociocultural (LEMOS, 2009, p.17- 18).



O que está em jogo no embate travado no Recife pelo Cais José Estelita é a reapropriação de cidadãos e cidadãs de sua própria cidade, a retomada do poder de decidir sobre o que será seu futuro. Esse fenômeno tem início e é mediado pela conversação e comunicação no ciberespaço, nas redes sociais, mas transpõe o suporte tecnológico. Como “pano de fundo” dessa comunicação possível de visualizar, para utilizar um termo caro à principal rede social utilizada pelo Movimento, a mobilização social em torno do Estelita e, para além dele, sobre a discussão da “cidade que queremos” insuflou um engajamento incomum entre os segmentos que hoje compartilham, curtem e debatem sobre o tema em questão. Favoráveis ou não, usuários da rede comentam, discutem e exprimem suas opiniões livremente em grupos, em suas linhas do tempo, em postagens de amigos. Suas redes de conversação são múltiplas e não há, a priori, impedimentos para registrar o que quer que seja. Segundo Lemos (2009), as interações e conversações no ciberespaço são mais semelhantes a uma praça pública do que a lógica comunicacional televisiva. “Há uma pulsão gregária e comunitária para além da apatia massiva característica da indústria cultural do início do século XX. Há aqui uma alternativa para a criação de esferas públicas realmente comunicativas” (LEMOS, 2009, p.18).

O material produzido pelo GT de Comunicação do Estelita é bastante focado no Facebook. O grosso do conteúdo é produzido em formato de flyers (Figuras 5 e 6) cujas informações são, basicamente, as ações do Ocupe Estelita (aulões, oficinas, Ocupações e afins); exortação do usuário da mídia social a participar do movimento por meio de perguntas retóricas ou frases de efeito; informações sobre financiamento público de campanha; cobrança de ações efetivas ou posicionamentos de políticos; e exposição da falta de licenças e outros problemas do Projeto Novo Recife.



Figura 5

Figura 6

O uso da internet não é novidade para os movimentos sociais¹³ e, segundo Castells (2003), a grande rede é imprescindível a eles por três motivos:

1) a essência e a pauta desses grupos giram em torno de movimentos culturais - eles defendem ou propõem modos específicos de vida e sentido. “A luta para mudar os códigos de significado nas instituições e na prática da sociedade é a luta essencial no processo de mudança social no novo conceito histórico” (p. 116). A internet é imprescindível nesse contexto porque é o meio pelo qual esses grupos conseguem atingir a sociedade;

2) os movimentos sociais querem preencher o espaço deixado pelas organizações verticais (partidos políticos, ONGs, sindicatos e afins), que ganharam força na Era Industrial e que agora estão em crise. Para os novos grupos, a internet surge como forma de disseminar ideias, e, assim, fazer ressoar suas propostas na mídia, nos grupos econômicos e políticos por meio da repercussão pública de suas ações comunicacionais. “Esses movimentos pretendem conquistar poder sobre a mente, não sobre o Estado” (p. 117);

¹³ O protesto de dezembro de 1999 contra a Organização Mundial do Comércio, em Seattle (EUA), foi baseado, segundo Castells (2003), em acaloradas e demoradas discussões na internet. As manifestações de junho e julho de 2013 foram possíveis, em grande parte, pela internet (por meio da criação de eventos e compartilhamentos de matérias).



3) a internet permite aos movimentos sociais obter um alcance maior, global, que se equipara ao dos poderes vigentes. Dessa forma, exerce seu próprio impacto sobre os meios de comunicação. Castells cita uma pesquisa de Cohen e Rai (de 2000) que atesta ser a divulgação de pautas locais em escala global o meio mais eficaz para atingir as forças dominantes.

O Ocupe Estelita cabe nesses três pontos: 1) propõe um modelo democrático de cidade (segundo o próprio movimento), em oposição à privatização, redução e sucateamento de espaços públicos no Recife; 2) mostra-se apartidário e independente da mídia de massa, questionando partidos e veículos de comunicação acerca de seu papel no debate sobre a cidade; e 3) trata de um assunto local na internet e alcança os *media* por sua ação na internet.

Ao se fazer valer de recursos como as redes sociais, o movimento atua, em termos comunicacionais, no que Lemos (2009) denomina configuração pós-massiva, ou seja “alicerçada na troca livre de informação, na produção e distribuição de conteúdos diversos” (LEMOS, 2009, p. 3). A estrutura “um-todos” passa a dar vez a uma perspectiva onde os espaços de emissão tornaram-se muito mais plurais. Os internautas passam a assumir também a função de produção. Uma paisagem infocomunicacional que emerge de uma cultura das mídias mais conversacional que informacional, onde a troca se dá muito mais na ordem do diálogo do que propriamente da recepção. No caso da articulação via Facebook, isso é evidenciado a partir da estrutura das postagens, das possibilidades de comentários e compartilhamentos. Em vez de atos de, prioritariamente, consumo de informação, vemos emergir uma lógica comunicacional muito mais próxima de um diálogo, como um grande espaço conversacional.

Essa troca de informações, de pontos de vista e a distribuição de conteúdos tem permitido a apropriação da cidade por uma parcela dos cidadãos. O Ocupe Estelita nasceu do grupo Direitos Urbanos | Recife, que já trabalhou outras pautas de urbanismo no Recife, como a preservação do Edifício Caiçara¹⁴ e a luta pela não construção de viadutos na avenida Agamenon Magalhães¹⁵. Também se configura em um espaço para

¹⁴ Desde 2011, arquitetos, artistas plásticos e moradores de Boa Viagem integram um grupo em defesa do Edifício Caiçara. O prédio de três andares de formas arredondadas, janelões e fachada revestida de pastilhas em tons de verde, exemplar da arquitetura em estilo arquitetônico neocolonial, foi construído na década de 1930 e hoje a luta é para que ele não vá ao chão para dar lugar a uma torre de 30 andares. Em setembro de 2013, a demolição já iniciada, foi suspensa graças a uma liminar.

¹⁵ A construção de quatro viadutos ao longo da Avenida Agamenon Magalhães, uma das mais importantes da cidade, foi anunciada em 2010 pelo então governador Eduardo Campos (PSB) como parte



desenvolver, nos seus participantes, a leitura crítica da mídia sobre temas de urbanismo e assuntos correlatos, como política e economia.

Mas o Ocupe Estelita ensejou uma ampliação desse processo. O Estelita criou uma ocupação que durou 50 dias, atingiu a imprensa internacional e conseguiu a revisão do projeto Novo Recife, além de ter promovido ações educativas. Outra demonstração dessa ampliação é a quantidade de “curtidas” (likes) que as duas páginas do Ocupe Estelita no Facebook receberam: no dia 28 de julho de 2014, a Resiste Estelita, criada em 23 de maio de 2014, tinha 15,404 mil curtidas; 23,083 pessoas haviam curtido a outra página, intitulada Movimento#OcupeEstelita, e surgida em 5 de julho de 2014. Já a página do grupo Direitos Urbanos | Recife, criada em 2011, possuía 28.735 likes. O curioso é que o movimento, que surgiu a partir do DU, mesmo tendo alcançado brilho e espaço próprios, ainda é intrinsecamente ligado a ele. Isso porque significativo número de integrantes ativos do DU está envolvido diretamente nas ações e articulações do Ocupe Estelita.

4. Algumas Considerações

Nosso propósito neste artigo foi mostrar o relevante papel das redes sociais como instrumento de empoderamento do cidadão nas ações de comunicação de movimentos sociais. No caso aqui focado, o Ocupe Estelita, sem o suporte das redes sociais, seria muito difícil a articulação dos cidadãos, os aulões, as oficinas, os ocupações, a sensibilização da imprensa internacional, da imprensa nacional, para, finalmente, a veiculação de notícias pela imprensa local e a escuta do poder público.

É importante destacar que a pressão do capital fez silenciar a imprensa local, que só passou a se manifestar após a repercussão na mídia internacional. É a mesma pressão que faz com que o poder público escute, mas não avance muito em soluções urbanisticamente aceitáveis. Por isso não se deve comemorar (ainda) como vitória tudo o que vem acontecendo com o Estelita. Evidentemente, até o momento, há um saldo lindamente positivo: o renascimento no cidadão recifense do sentimento de pertencimento à cidade e a certeza que o empoderamento é construído por cidadãos e cidadãs.

do corredor Norte/Sul. A repercussão negativa de setores organizados da Sociedade Civil, entre os quais o grupo Direitos Urbanos-Recife, levou o governo a recuar.



Para além da mobilização social, enxergamos o surgimento de novas estratégias e mecanismos de comunicação em que os mediadores, produtores e consumidores das informações podem ser qualquer e todo cidadão. Esse deslocamento da lógica de comunicação de massa para uma comunicação participante, de todos para todos, representa, também, uma mudança sensível nas relações interpessoais e na relação com o meio. Não propomos, aqui, pontos finais para esse fenômeno, mas sim desejamos aguçar os olhares para os novos movimentos que nascem, organizam-se e desenvolvem-se em plataformas on line, via mídias sociais, e passam para o plano real, para as cidades e instituições que determinam a vida em sociedade.

5. Referências

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

DUARTE, Eduardo. Desejo de cidade - múltiplos tempos, das múltiplas cidades, de uma mesma cidade. In: PRYSTHON, Angela (org). **Imagens da cidade**: espaços urbanos na comunicação e cultura contemporâneas. Porto Alegre: Sulina, 2006. p.100-114.

GLASS, Ruth. **London: Aspects of Change**. Londres. MacGibbon & Kee, 1964.

LEMONS, André. Nova Esfera Conversacional. In: KUNSCH, D. et al (orgs). **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: Ed. E-Papers, 2009. p. 9-30.

RODRIGUES, Marcos. Imago Urbis: Escritos sobre paisagem urbana e imagem da cidade. São Paulo. Editora Gattopardo, 2011.

SABOYA, Renato. **Macrozoneamento. Urbanidades: Urbanismo, Planejamento Urbano e Planos Diretores**. 2009.

<http://urbanidades.arq.br/2009/02/macrozoneamento/> Acesso em 27/07/2014.

WEBER, Max. Conceito e Categorias da Cidade. In VELHO, Otavio Guilherme (org). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro. Zahar 1967.

|